

PARA ALÉM DA CIÊNCIA POLÍTICA: CONTRIBUIÇÕES DA LINGUÍSTICA E DA FILOSOFIA NA CONSTRUÇÃO DE TEORIAS POLÍTICAS

ANNA CLÁUDIA CAMPOS E SANTOS¹; DANIEL DE MENDONÇA²

¹Universidade Federal de Pelotas – accamposesantos@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – ddmendonca@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Desde seu processo de construção enquanto disciplina, a ciência política se constituiu como uma ciência que busca a neutralidade e a normatividade. Assim, tal disciplina se consolidou demonstrando seu apressado pela democracia, baseada em moldes que buscavam sua construção pautada na realidade e numa vocação empírica, adquirindo um caráter científico disciplinado e abertamente liberal e restritivo. Logo, a democracia adquiriu, como exemplos de Schumpeter (1984), Downs (1999) e Dahl (1997) o conteúdo liberal. Como consequência, a democracia foi pensada a partir de uma racionalidade vinculando tal concepção a uma espécie de “mercado político”.

Buscando problematizar esses autores clássicos da ciência política, vieram os defensores da corrente conhecida como democracia *participativa* como Pateman (1992), ou ainda da democracia *deliberacionista*, como Habermas (1997) e Rawls (2008). Porém, o que se vê é que tais autores pensam construções teóricas em torno da democracia fortemente baseadas na construção difundida pela teoria liberal democrática hegemônica. A democracia para tais autores, ainda que com suas diferenças, se constrói por meio da busca de uma racionalidade e do consenso, apostando nas instituições liberais centradas no Estado e em seus mecanismos como fortalecedores na construção da igualdade e da liberdade.

Assim, notadamente, a construção das teorias políticas contemporâneas têm se estabelecido por meio de concepções que desconsideram o caráter dinâmico, conflituoso e histórico dos fenômenos e processos políticos. Tal movimento impede a construção de uma disciplina que demonstre sua capacidade de enxergar tais complexidades como importantes na compreensão de melhores caminhos para a construção de um modelo mais inclusivo e plural, possibilitando inclusive, o questionamento do que historicamente tem sido colocado como modelo ideal para as realidades sociais contemporâneas.

É neste sentido que este ensaio busca responder à seguinte questão: de que modo outras áreas como a linguística e a filosofia política têm contribuído para se pensar a construção da realidade social na teoria da ciência política atual?

2. METODOLOGIA

Assim, para responder a esta questão, a metodologia utilizada neste ensaio é de caráter qualitativo e se desenvolveu a partir de uma pesquisa bibliográfica. Esta se delinea, segundo Gil (1987), a partir do uso de livros ou artigos de pesquisadores do tema escolhido (Gil, 1987). E possui como ponto positivo o fato de permitir ao pesquisador dialogar com concepções já exploradas por outros estudiosos, ampliando as possibilidades de compreensão do objeto de pesquisa.

Assim, esta pesquisa bibliográfica está baseada nos livros dos principais autores elencados a partir do desenvolvimento de conceitos-chave. Partiremos então de Saussure (2006) e Lévi-Strauss (2012) demonstrando o que ficou conhecido como *estruturalismo* e quais as implicações desta corrente de

pensamento, que gerou algumas discussões e mais tarde, fundou as correntes denominadas *pós-fundacionalista* e *pós-estruturalista*. Para construção destas duas correntes, contaremos com Jacques Derrida (2002), para posteriormente, finalizarmos nosso argumento com apontamentos acerca da teoria sobre o político de Ernesto Laclau (2000).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Saussure (2006) é um dos autores considerados como componentes da virada linguística que afetou não só a linguística, mas como veremos adiante, a psicanálise e também a filosofia ocidental. Assim, Saussure (2006) cria um modelo linguístico o qual permite a análise científica da linguagem como um sistema de diferenças, iniciando uma ciência das estruturas. Tal autor possui como objetivo identificar a função dos elementos linguísticos na sociedade, tomando a língua enquanto um sistema, uma estrutura sedimentalizada, que só pode ser compreendida dentro de um campo simbólico. Por isso, realiza uma nova concepção do que seria o signo: para ele, o signo nada mais é do que a junção de uma imagem acústica (significante) e o conceito (significado). Neste sentido, o signo linguístico é tido como algo que escapa à vontade dos sujeitos, sendo a língua uma herança da época precedente. O signo possui um caráter arbitrário, ou seja, já está determinado e é sempre reconhecido dentro de um sistema linguístico extremamente complexo, em que este é reconhecido pelos sujeitos que o utilizam. (Saussure, 2006)

Influenciado diretamente por Saussure (2006), Lévi-Strauss (2012) acreditava que, tal como a linguística podia identificar as leis estruturais dos diferentes níveis que estruturam o sistema linguístico, a antropologia também o poderia realizar no que diz respeito às mais diversas sociedades. Assim, a antropologia estrutural de Lévi-Strauss (2012) se constrói a partir de uma noção cunhada em Saussure (2006) de *ausência determinante*. Ou seja, o antropólogo traz para a antropologia a possibilidade de se investigar fatos invariantes, ou quais podem ser denominados como leis gerais, podendo ser identificadas para além da multidão de variedades identificadas nos elementos das sociedades. Simultaneamente a isto, tem-se também um afastamento da consciência do sujeito, sobrepondo os fenômenos inconscientes da estrutura ao sujeito. Destarte, o estruturalismo busca encontrar leis universais que estruturam a sociedade e possibilitem uma maior compreensão dos fenômenos sociais. Tais leis universais só seriam encontradas a partir de uma observação sincrônica dos hábitos, valores, práticas das sociedades nos momentos em que eles ocorressem, ou seja, no presente – demonstrando o caráter não-histórico do estruturalismo, enfatizando o caráter sincrônico presente em tal forma de pensamento.

O projeto pós-estruturalista de Derrida está pautado no pós-fundacionalismo a partir de sua proposta de desconstrução e desfundamentação, Derrida, segundo Culler (1997), realiza uma crítica ao *logos da metafísica* enquanto aquela que busca o estabelecimento de uma ordem de sentido, de uma verdade, de uma razão. Por isso, o filósofo questiona o estabelecimento de pontos de vista transcendentais e a descrição do conhecimento como uma representação fiel da realidade, a partir de verdades absolutas e vocabulário finais.

Derrida (2002; Culler, 1997) realiza também dois apontamentos: a questão da relação arbitrária entre significante e significado em Saussure (2006); e a questão da metafísica da presença de Heidegger. Neste raciocínio, Derrida inverte a lógica dada por Saussure (2006) na construção de signos na linguística. Para Derrida (2002), o que dá significado às coisas é uma corrente infinita de

significantes que constroem sentidos sempre temporários, contextuais e contingentes.

A desconstrução de Derrida, segundo Culler (1997), se vincula a uma proposta de se enxergar o estatuto do fundamento e não a existência do fundamento em si. Assim, sua concepção de *différance* é de extrema importância, pois revela o caráter alternante indecível da estrutura e do evento. Assim, tal termo determina também “a condição de diferenciação que a significação adquire, quanto um ato de diferenciação que produz diferenças” (Culler, 1997, p. 112). Em outras palavras, o uso do termo *différance* por Derrida aponta o caráter de adiamento que o sentido pode adquirir, justamente pela cadeia de significantes a qual tal sentido sempre se refere e se estabelece.

Por isso, os fundamentos existem de forma e construção temporárias, a partir de pontos de vistas relativos, e que por isso, podem ser modificados e não devem ser visto como imutáveis. Consequentemente, a partir deste processo proposto por Derrida (2002), os fundamentos não são vistos enquanto verdades naturais: eles se constroem a partir de um contexto e por sentidos inseridos dentro de uma cadeia interminável de significantes. Em algum momento um destes sentidos se estabelece e se coloca momentaneamente como fixo, mas que pode, dada sua precariedade, se modificar novamente e adquirir novas roupagens e sentidos dentro desta cadeia infinita.

Derrida (2002) é um dos autores que influencia diretamente na construção da teoria construída por Ernesto Laclau (2000). Para ele a sociedade, denominada como sendo o *social* se faz devido à sua precariedade, a impossibilidade de uma construção objetiva do mesmo, e ao seu aspecto negativo e relacional. O que difere Laclau (2000) dos chamados estruturalistas está justamente no aspecto relevante que a historicidade e a contingência adquirem em sua teoria.

O antagonismo é o que, para Laclau (2000), define a construção do campo social nas sociedades contemporâneas, enfatizando o caráter precário, contingente e histórico não só do social, mas das estruturas que estabelecem esse social. O antagonismo é, então, a manifestação de que há divergências em torno da ordem a qual o social está inserido, e é, simultaneamente, a condição de possibilidade e impossibilidade da construção da identidade dos sujeitos, posto que um sujeito, tal como o social, só se coloca por meio de aspectos relacionais e negativos. Assim, o antagonismo é a demonstração da impossibilidade de completude objetiva do social.

Por isso, o antagonismo explicita o caráter contingente de toda construção social, e portanto, enfatiza a capacidade de *deslocamento* das estruturas nas quais ele se baseia. O deslocamento é um conceito em que Laclau (2000) fortalece seu argumento em torno da precariedade e dinamicidade das estruturas as quais se formam a sociedade e permitem a construção e identificação de sentidos. Em termos do antagonismo, poderíamos dizer que as estruturas “mais estruturalizadas” são aquelas que conseguem lidar com os mais diversos tipos de antagonismos que existem pairando em torno do social.

O deslocamento é justamente o movimento em que se evidencia as fissuras existentes na sociedade, o enfraquecimento de determinadas regras postas, demonstrando que as estruturas não conseguem responder ao que está posto socialmente. O deslocamento demonstra o caráter precário destas estruturas, a impossibilidade da construção de estruturas finais, fechadas, imutáveis, levando assim à reformulações e readaptações das mesmas, que são, importante dizer, sempre influenciadas pela dinâmica dos fenômenos e processos políticos e sociais.

Estas duas noções trabalhadas por Laclau (2000) enfatizam também o caráter do dissenso e do conflito presentes na construção e manutenção do social: este se molda na luta entre diversos pontos de vista que buscam, ainda que temporariamente, pela hegemonia discursiva. Por isso dizer que Laclau (2000) destaca o caráter contingente de toda ordem social.

4. CONCLUSÕES

O pós-estruturalismo e o pós-fundacionalismo surgem como inovações epistemológicas, já que criam diferentes métodos e abordagens (desconstrução, genealogia, arqueologia), em que cada um opera em sua própria lógica mas que num parâmetro básico tendem a enfatizar a questão das transformações nas mudanças, nas repetições, nas rupturas, nas descontinuidades das estruturas dos processos sociais. Neste sentido, a teoria política aqui apresentada advoga que não há como identificar nenhum discurso mestre, ou ainda, discursos neutros que possam representar a realidade como ela “de fato é”, menos ainda, discursos totalizantes ou universais. Ou seja, não há como se pensar a democracia a partir de aspectos que muitas vezes encontram-se fortemente estabelecidos em concepções normativas que a enxergam como um processo pacífico, ou ainda, em busca do fim conflituoso. Neste sentido, as abordagens aqui apresentadas enfatizam o caráter da linguagem enquanto central para se pensar os processos de construção de sentido e identificação nas sociedades contemporâneas, como também aspectos de ‘desmontagem’ ou ‘desmantelamento’ em que se analisa a construção de verdades colocadas enquanto fundamentos finais. Por fim, buscando responder à pergunta inicial feita neste ensaio, a teoria política aqui apresentada, destaca o caráter dinâmico dos processos e fenômenos existentes nas sociedades contemporâneas. Ao fazer tal movimento, amplia a concepção em torno dos regimes definidos como democráticos e as possibilidades de melhor compreender os processos neles existentes. Consequentemente, tal teoria possibilita à ciência política ampliar não só os aspectos ontológicos nos quais suas teorias se baseiam, como também, a própria disciplina em si, permitindo enxergar a sociedade para além de arcaísmos centrados no Estado e suas esferas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CULLER, J. **Sobre a Desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1997 (Capítulo Dois – A Desconstrução).
- DAHL, R. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.
- DERRIDA, J. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. In: _____. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 1987.
- HABERMAS, J. **Direito e Democracia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- LACLAU, E. **Nuevas Reflexiones Sobre la Revolución de Nuestro Tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. São Paulo : Martins Fontes, 2008.
- SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.